

Santos Meireles, ao abrigo do n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE 2017), do mapa de pessoal do Agrupamento de Centros de Saúde Douro I — Marão e Douro Norte, da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., para o mapa de pessoal do Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central, Unidade de Saúde Familiar Matriz, da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., com efeitos a 1 de julho de 2017.

26 de setembro de 2017. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques*.

310814961

## Direção-Geral da Saúde

## Despacho n.º 8880/2017

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, publica-se a lista definitiva de ordenação final dos candidatos relativa ao procedimento concursal comum de recrutamento para um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (área de sistema de informação de mortalidade e codificação de mortalidade) para o mapa de pessoal da Direção-Geral da Saúde, aberto pelo Aviso n.º 3215/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 62, de 28 de março de 2017, e na BEP com o N.º OE201703/0305, que foi homologada por despacho de 27 de setembro de 2017

## Lista Definitiva de Ordenação Final

Candidatos	Classificação final
Ana Cristina da Silva Nogueira	a)
Ana Margarida Soares da Silva	b)
Ana Paula Mendes Camões	d)
Anabela da Conceição Ribeiro	a)
Andreia Filipa Bastos Teixeira	b)
António Manuel Sobral Vieira	a)
Bruno Miguel Almeida Rebelo	c)
Elsa de Fátima Sequeira Mourato Costa	a)
Fernando Rafael Ribeiro Carvalho	a)
Filomena Rosa do Nascimento Calixto	a)
Liliana de Fátima Curto Pereira	a)
Mara Vera Teodoro Gonçalves	a)
Maria Helena Ferreira Mendes	a)
Maria Rosa Teodoro Parrulas Gomes	a)
Marisa de Jesus Mendes Camões	a)
Raquel Alexandra Silva Moreira	d)
Ricardo Miguel Barata Pereira	a)
Sandra Cristina dos Santos Cardoso	a)
Sara Filipa Ferreira da Silva	b)
Sónia Maria Pedro Dagot	c)
Tatiana Rocha Torrinhas	b)

a) Excluído com fundamento de ter obtido na avaliação curricular classificação inferior a 9,5 valores

b) Excluído por não ter comparecido à entrevista profissional de seleção

c) Excluído com fundamento de ter obtido na entrevista profissional de seleção classificação inferior a 9,5 valores

d) Excluído por não ter contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

27 de setembro de 2017. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

310813762

## PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

## Gabinete do Ministro

## Despacho n.º 8881/2017

Nos termos conjugados do n.º 14 do artigo 3.º, do n.º 3 do artigo 8.º e do artigo 24.º da Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2017, de 9 de março, bem como dos artigos 44.º a 50.º

do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro:

1 — Delego no Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, Ângelo Nelson Rosário de Souza:

a) As competências que me são conferidas pelo Decreto-Lei n.º 376/2007, de 8 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 60/2015, de 22 de abril, relativas à constituição de agrupamentos europeus de cooperação territorial;

b) As competências que me são conferidas pelo Decreto-Lei n.º 161/2009, de 15 de julho, relativas à celebração de protocolos de cooperação transfronteiriça.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua publicação.

15 de setembro de 2017. — O Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*.

310800218

## Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.

## Aviso n.º 12030/2017

**Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, da Unidade de Gestão Financeira, do mapa de pessoal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.**

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º e no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do presente aviso no *Diário da República*, para o preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior da Unidade de Gestão Financeira, do mapa de pessoal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, e de acordo com a atribuição que é conferida ao INA pela alínea c) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 28 de fevereiro, consultada previamente a Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), a mesma informou em 21 de abril de 2017, não ter, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, tendo declarado a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado.

3 — Em cumprimento do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, e do artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi ouvida a entidade gestora do sistema de requalificação (INA), que em 24 de abril de 2017, declarou a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação, cujo perfil se adequasse às características do posto de trabalho em causa.

4 — O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP) no 1.º dia útil seguinte à publicação no *Diário da República*, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 19.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

5 — Número de postos de trabalho — O procedimento concursal visa o preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

6 — Local de trabalho: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., sita na Av. 5 de Outubro, n.º 153, 1050-053 Lisboa.

7 — Identificação e caracterização do posto de trabalho:

a) Processamento de pedidos de pagamentos aos beneficiários e de transferências para as autoridades de gestão e os organismos intermédios no âmbito dos Fundos da Política de Coesão;

b) Recuperação de dívidas no âmbito dos Fundos da Política de Coesão;

c) Controle interno das atividades principais, através de verificações à regularidade dos pagamentos e transferências e saldos de contas;

d) Formulação de previsões de necessidades e de propostas de antecipação de verbas, quando aplicável;

e) Acompanhamento e gestão do serviço de dívida de financiamento concedidos no âmbito do Banco Europeu de Investimento (BEI);